

Artigo original



Expectativas de coparentalidade em casais homossexuais habilitados para adoção

Expectativas de coparentalidad en parejas homosexuales cualificadas para la adopción

Coparenting expectations among same-sex couples eligible for adoption

Mônica Sperb Machado¹ Eduarda Lauryn Manoel Soares² Gabriela Antônia Alves Voltz³ Giana Bitencourt Frizzo⁴ ¹Contato para correspondência. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Rio Grande do Sul, Brasil. monicasperb@hotmail.com^{2,3}Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Rio Grande do Sul, Brasil. edlauryn@gmail.com, gabrielavoltzpsi@gmail.com⁴Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Porto Alegre). Rio Grande do Sul, Brasil. gifrizzo@gmail.com

RESUMO | INTRODUÇÃO: Muitas famílias formadas por casais do mesmo gênero buscam exercer a parentalidade através da adoção, a qual contempla uma série de etapas e requer do casal um desejo e projeto comuns. A construção conjunta da parentalidade adotiva pode envolver a forma como o casal compartilhará as responsabilidades e os cuidados dos filhos. **OBJETIVO:** Este estudo de casos qualitativo objetivou conhecer as expectativas relacionadas à coparentalidade por casais gays e lésbicos habilitados para adoção de uma criança. **MÉTODO:** Participaram quatro casais cujos membros responderam, individualmente, a um questionário de dados sociodemográficos e a uma entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados a partir da análise temática dedutiva. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os resultados apontam que casais homossexuais à espera de adoção demonstram expectativas de coparentalidade colaborativa, baseada em diálogo, apoio mútuo e divisão equitativa das responsabilidades parentais. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Tais expectativas refletem potenciais indicadores de uma coparentalidade saudável, que favorece a adaptação familiar no pós-adoção e contribui para a desconstrução de modelos parentais baseados em normas de gênero.

PALAVRAS-CHAVE: Adoção (criança). Mães Lésbicas. Pais Gays.

RESUMEN | INTRODUCCIÓN: Muchas familias formadas por parejas del mismo género buscan ejercer la paternidad a través de la adopción, que contempla una serie de pasos y requiere que la pareja tenga un deseo y un proyecto común. La construcción conjunta de la paternidad adoptiva puede implicar cómo la pareja compartirá las responsabilidades y el cuidado de los hijos. **OBJETIVO:** Este estudio de caso cualitativo tuvo como objetivo comprender las expectativas relacionadas con la coparentalidad por parte de parejas gays y lesbianas que optan a la adopción de un niño. **MÉTODO:** Participaron cuatro parejas, cuyos miembros respondieron individualmente a un cuestionario de datos sociodemográficos y a una entrevista semiestruturada. Los datos se analizaron mediante análisis temático deductivo. **RESULTADOS Y DISCUSIÓN:** Los resultados indican que las parejas homosexuales en espera de adopción demuestran expectativas de coparentalidad colaborativa, basada en el diálogo, el apoyo mutuo y la división equitativa de las responsabilidades parentales. **CONSIDERACIONES FINALES:** Estas expectativas reflejan indicadores potenciales de una coparentalidad saludable, que favorece la adaptación familiar después de la adopción y contribuye a la desconstrucción de modelos de crianza basados en normas de género.

PALABRAS CLAVE: Adopción (niño). Madres Lesbianas. Padres Gais.



ABSTRACT | INTRODUCTION: Many families of same gender couples seek to exercise parenting through adoption, which contemplates a series of steps and demands from the couple a common desire and project. The joint construction of adoptive parenting might encompass how the couple shares their responsibilities and cares for the children. **OBJECTIVE:** This qualitative case study aimed to know the expectations related to coparenting by gay and lesbian couples waiting to adopt a child. **METHOD:** Four couples whose members answered, individually, to a sociodemographic data questionnaire and a semi-structured interview participated in this study. Data were analyzed through deductive thematic analysis. **RESULTS AND DISCUSSION:** The results indicate that homosexual couples awaiting adoption demonstrate expectations of collaborative coparenting, based on dialogue, mutual support and equitable division of parental responsibilities. **CONCLUSIONS:** Such expectations reflect potential indicators of healthy coparenting, which favors family adaptation after adoption and contributes to the deconstruction of parental models based on gender norms.

KEYWORDS: Adoption (child). Lesbian Mothers. Gay Fathers.

Introdução

As configurações familiares passaram por transformações significativas ao longo das últimas décadas, tornando-se progressivamente mais diversas. Na contemporaneidade, observa-se maior visibilidade de modelos familiares que desafiam a lógica cisheteronormativa¹, incluindo famílias monoparentais², famílias formadas por via da adoção e aquelas compostas por casais do mesmo gênero (Vilhena et al., 2011). No entanto, essa pluralização não se deu sem tensões: tais configurações foram - e ainda são - deslegitimadas e hierarquizadas por relações de saber-poder que operam na sociedade, sustentadas por discursos que naturalizam determinados modelos familiares em detrimento de outros. A concepção tradicional de família, frequentemente atrelada a uma matriz cristã, heterossexual, nuclear e de base biológica, permanece como ideal normativo, frente ao qual outras formas de parentalidade são muitas vezes marginalizadas (Butler, 1990/2003; Louro, 2004).

É nesse contexto de tensões que se inserem as chamadas “famílias homoparentais” — compostas por casais do mesmo gênero que exercem funções parentais (Moreira, 2013). A adoção, neste caso, emerge não apenas como uma via possível de acesso à parentalidade, mas também como um fenômeno que tensiona noções biogigantes de família, ao deslocar o foco dos laços sanguíneos para os vínculos afetivos. Como aponta Badinter (1980/1985), o vínculo parental não se estabelece apenas pelo sangue, mas é construído historicamente, por meio de práticas afetivas, cuidados cotidianos, responsabilidades compartilhadas e negociações simbólicas.

Avançando do plano teórico para o contexto jurídico e institucional, é importante considerar como o processo de adoção no Brasil se organiza. Os candidatos interessados em adotar uma criança precisam passar por um cuidadoso processo de habilitação, em que são avaliados por equipes técnicas de assistentes sociais e psicólogos da infância e da juventude, a fim de analisar se estão aptos ou não à adoção. Não há requisitos quanto ao status conjugal, nível socioeconômico ou orientação sexual dos potenciais adotantes, desde que tenham mais de 18 anos de idade. Após habilitados, os interessados são inseridos no Sistema Nacional da Adoção (SNA) e passam a esperar pelo filho adotivo. Mediante a existência de uma criança dentro do perfil desejado pelos adultos habilitados, o processo de aproximação tem início. Somente após esse período a criança irá para a nova casa, quando inicia o estágio de convivência. Posteriormente, é conferida aos adotantes a guarda provisória da criança e, por último, é efetivada a sentença final de adoção (Lei n. 12.010, 2009).

Atualmente no Brasil, conforme dados do Conselho Nacional de Justiça³, existem 5.168 crianças e adolescentes à espera de adoção e um total de 33.575 pretendentes ativos. As crianças em sua maioria são pardas (54%), brancas (29%) ou pretas (16%), a maioria é de meninos (53%), e apenas 20% delas têm menos de 6 anos de idade. A maioria está na região Sudeste e Sul. Já quanto aos pretendentes, não é perguntado sobre sua raça/cor ou gênero.

¹ A cisheteronormatividade é aqui entendida como uma estrutura normativa que articula a cisnormatividade – que impõe como “natural” e “esperado” que as pessoas se identifiquem com o gênero que lhes foi atribuído ao nascimento (ou seja, sejam cisgêneras) – e a heteronormatividade – que privilegia a heterossexualidade e os relacionamentos heterossexuais como padrão legítimo, natural e dominante (Simakawa, 2016).

² As famílias monoparentais constituem-se por somente um adulto responsável pela unidade doméstica, com pelo menos um(a) filho(a) ou outra criança ou adolescente sob sua guarda, podendo ou não haver outro adulto, parente ou não, residindo no lar (Moreira, 2013).

³ Retirado de <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=68b8631d-d2f5-4ea1-b05a-b0256c5fb581&lang=pt-BR&opt=ctxmenu,currsel&select=clearall> em 17/04/2025.

A grande maioria é composta por casais (88%), sem identificar se são casais heterossexuais, de gays ou de lésbicas. 80% desejam adotar crianças com menos de seis anos de idade, sem distinção quanto à escolha do gênero da criança (69%), e quanto à etnia⁴: branca (51%), parda (47%) ou não fazem distinção na escolha (42%). Desde 2019, 26.795 crianças e adolescentes foram legalmente adotadas no Brasil.

Para além de um processo legal de avaliação, a habilitação para adoção pode ser considerada um espaço de reflexão acerca do projeto parental adotivo. Neste momento, recebem atenção por parte das equipes técnicas (assistentes sociais e psicólogos) as motivações dos pretendentes para adotar, sua disponibilidade emocional, além da organização e flexibilidade frente à possível chegada da criança, tanto a nível familiar quanto extrafamiliar (Silva et al., 2020). Enquanto esperam pela criança, o que pode levar anos, é comum que os casais habilitados para adoção encarem estressores emocionais como o luto pela impossibilidade de ter filhos biológicos e tenham sentimentos de frustração e desesperança (Schwochow & Frizzo, 2021). Em meio a este momento complexo, os casais precisam desenvolver um papel parental para que a adoção seja bem-sucedida. Frente a isso, para além de motivação, a adoção de uma criança exige intensa preparação, sendo essencial que corresponda a um desejo e projeto adotivo comum por parte do casal.

A construção conjunta da parentalidade adotiva pode envolver a forma como o casal irá compartilhar as responsabilidades e o cuidado com os filhos, por exemplo. Neste cenário, a coparentalidade emerge como um conceito-chave. A coparentalidade pode ser definida como o envolvimento mútuo na prática da parentalidade, voltada a contemplar o cuidado e o bem-estar da criança (Feinberg, 2003). O Modelo da Estrutura Interna e Contexto Ecológico da Coparentalidade de Feinberg (2003) propõe quatro dimensões inter-relacionadas: 1) a forma como os pais ou cuidadores dividem as tarefas relacionadas ao cuidado com a criança e manutenção do lar; 2) os acordos ou desacordos quanto aos tópicos relacionados à criança, ao exemplo da definição dos cuidados adequados à sua rotina e formas de educá-la; 3) o apoio ou a depreciação no papel parental, ou seja, a forma como oferecem suporte, valorizam e incentivam a participação um do outro nos cuidados da criança ou em que medida disputam

a atenção da criança ou fazem críticas um ao outro; e, por fim, 4) a gestão ou o manejo conjunto das interações familiares, incluindo como pais ou cuidadores se comunicam, resolvem conflitos ou lidam com os relacionamentos intra e extrafamiliares.

Dentre os estudos que tratam sobre a coparentalidade exercida por casais do mesmo gênero no contexto da adoção no Brasil, destaca-se o estudo realizado por Matos et al. (2019), com casais homossexuais de Santa Catarina, o qual identificou que um bom relacionamento coparental atrela-se ao melhor desenvolvimento dos filhos. Conforme os autores, um bom relacionamento coparental envolve que os cuidadores ofereçam apoio mútuo nas responsabilidades parentais, sejam capazes de chegar a consensos sobre decisões relacionadas à criação dos filhos e reconheçam e valorizem o papel parental do outro. Esses aspectos reforçam a coesão familiar, a consistência na educação dos filhos e proporcionam segurança e estabilidade para a criança. Já a literatura internacional também apoia a relação entre coparentalidade e o desenvolvimento infantil (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2021; Farr et al., 2019; Zhao et al., 2022). Com famílias formadas por casais do mesmo gênero, há o exemplo do estudo longitudinal conduzido por Farr et al. (2019) que identificou menos relatos parentais de sintomas internalizantes e externalizantes em crianças pré-escolares conforme as figuras parentais envolviam-se em relações coparentais positivas.

A literatura internacional também aponta para a divisão mais igualitária do trabalho parental entre os casais homossexuais que adotam. Principalmente os casais de lésbicas não apenas têm uma divisão igualitária do cuidado parental, como também estão mais satisfeitas com os arranjos de coparentalidade acordados com suas parceiras e reportam melhores índices de satisfação conjugal e menos problemas comportamentais da criança (Farr & Patterson, 2013; Patterson & Farr, 2011). Dentre os fatores que colaboram para uma aliança coparental mais forte, destaca-se o apoio familiar e social. Sumontha et al. (2016) identificaram percepções semelhantes de coparentalidade em diferentes famílias (casais gays, lésbicas e heterossexuais), de acordo com a presença de apoio familiar. Indicadores positivos de coparentalidade nesses casais estavam relacionados à compreensão de que a paternidade adotiva inclui desafios que podem ser

⁴ Nos dados do CNJ a etnia da criança é de múltipla escolha, por isso o percentual não fecha 100%.

enfrentados e a abertura para enfrentá-los como uma equipe. Já quando se aborda os casais gays e a coparentalidade, também considera-se que há diferenças nos papéis comumente atribuídos, pois o pai passa a ser o principal cuidador da criança e pouco se tem estudado sobre isso (Carone & Lingardi, 2022).

Dados como esses reforçam que a coparentalidade associa-se ao bem-estar individual e familiar. Além de um critério importante para o funcionamento parental adaptativo, a coparentalidade vem sendo associada à maior qualidade nos relacionamentos familiares em geral (Camisasca et al., 2018). Devido a isso, ela tem sido almejada como foco de estudos e intervenções tanto na transição para a parentalidade (Feinberg, 2002), quanto antes da chegada da criança (Darwiche et al., 2016). Contudo, ainda são escassos os estudos que investigam as expectativas coparentais durante a fase anterior à chegada da criança adotiva — especialmente no contexto brasileiro.

Diante desse cenário e considerando que a parentalidade adotiva envolve um projeto conjunto que se inicia muito antes da chegada do filho, o presente estudo objetivou conhecer as expectativas de casais homossexuais na fila de espera para a adoção de uma criança, em relação ao exercício da coparentalidade. Especificamente, buscamos compreender como esses casais esperam compartilhar e negociar as responsabilidades relacionadas ao cuidado e à educação da criança, como coordenam e se apoiam em seus papéis parentais. Considera-se que investigar a coparentalidade nesse momento de transição para a parentalidade adotiva pode fornecer subsídios valiosos para apoiar intervenções com famílias adotivas e contribuir para a promoção de relações parentais mais equitativas e ajustadas desde o início do processo.

Método

Participantes

Participaram do estudo quatro casais do mesmo gênero (oito adultos), habilitados para a adoção de uma criança de zero a seis anos por meio do SNA de uma Comarca do estado do Rio Grande do Sul. Um dos casais era constituído por mulheres e os outros três eram formados por homens. Todos os participantes entraram juntos como casais no processo adotivo. Em relação ao perfil da criança desejado, não houve restrições quanto à raça. Três casais não possuíam restrição quanto ao aceite de doença tratável, enquanto todos os quatro casais alegaram restrição quanto ao aceite de doença não tratável e de deficiência física da criança. A Tabela 1 apresenta os dados sociodemográficos dos participantes.

Tabela 1. Características sociodemográficas dos(as) participantes

Caso	Participantes	Idades (anos)	Raça	Escolaridade	Renda familiar	Tempo de união (anos)	Tempo no SNA
1	P1	49	Branco	Ensino superior	Acima de quinze salários-mínimos	14	2
	P2	32	Pardo	Ensino Superior			
2	M1	42	Branca	Pós-graduação	Entre seis e quinze salários-mínimos	8	3
	M2	42	Parda	Pós-graduação			
3	P3	43	Pardo	Pós-graduação	Acima de quinze salários-mínimos	14	1
	P4	35	Branco	Pós-graduação			
4	P5	56	Branco	Ensino Médio	Entre seis e quinze salários-mínimos	31	3
	P6	48	Branco	Ensino Médio			

Fonte: os autores (2025).
Nota: Em 2019, o salário-mínimo brasileiro correspondia ao valor de R\$ 998,00.

Delineamento e procedimento

Trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, com delineamento de estudo de casos múltiplos, cujo propósito é analisar cada caso, observando semelhanças e particularidades entre eles (Stake, 2006). O estudo contempla um recorte de um dos estudos do projeto guarda-chuva denominado Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção, que incluiu adultos habilitados para adoção de crianças com o objetivo de investigar a experiência subjetiva desses casais no que diz respeito aos sentimentos e expectativas frente à adoção de um filho. Foram selecionados os quatro casais homossexuais que faziam parte do estudo maior.

No que se refere aos procedimentos para a execução do estudo, inicialmente os casais habilitados à adoção foram acessados pela equipe do Juizado da Infância e da Juventude, que divulgou a pesquisa e os convidou a participar. Mediante o interesse, as pesquisadoras entraram em contato com os possíveis participantes para agendar a coleta de dados. As coletas foram realizadas individualmente, com cada adulto que compunha o casal, e, após a assinatura do TCLE, foi realizada uma entrevista e a aplicação de um questionário de dados sociodemográficos. Aos participantes foi explicado sobre o uso do gravador para captação do áudio da entrevista, a fim de viabilizar a posterior análise dos dados e o início da gravação ocorreu apenas após a concordância deles. Seis coletas aconteceram na universidade em que o estudo é vinculado, e as outras duas no local de trabalho dos participantes (conforme sua preferência), com duração de aproximadamente duas horas cada.

Instrumentos

Realizou-se uma entrevista semiestruturada sobre as expectativas com a adoção, composta de um roteiro de perguntas elaboradas previamente, relacionadas às vivências no processo adotivo anteriores à chegada da criança. Já o questionário sobre a adoção aplicado contemplou dados sociodemográficos individuais e sobre o casal, tais como: ocupação, escolaridade, idade e tempo de união do casal. Também, foram feitas perguntas relacionadas à motivação para adoção e o perfil desejado para a criança a ser adotada.

Análise dos dados

Os questionários foram analisados descritivamente de modo a caracterizar os casos. A partir disso, construiu-se a tabela com informações sociodemográficas relevantes (Tabela 1), permitindo uma leitura mais situada dos discursos apresentados nas entrevistas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas para, então, serem analisadas qualitativamente por meio da análise temática (Braun et al., 2019). Os temas foram definidos de forma dedutiva, a partir do modelo teórico de dimensões da coparentalidade de Feinberg (2003). As entrevistas correspondentes a cada caso foram codificadas por duas duplas de pesquisadoras com experiência na área de adoção, as quais tiveram contato com todo o material antes de comparar as codificações realizadas, a fim de assegurar a confiabilidade da análise. Desacordos foram resolvidos por consenso e com o auxílio de outra pesquisadora, com experiência na área de adoção e em análise temática. A análise foi realizada no intuito de compreender a vivência particular dos casais e buscar, por meio de seus relatos, os principais conteúdos relacionados às expectativas sobre o relacionamento coparental no contexto da construção da parentalidade adotiva por casais do mesmo gênero.

Análises intracasos são apresentadas em estilo narrativo (Levitt et al., 2018), considerando o conjunto de dados analisados a partir das entrevistas e as informações descritivas dos questionários. Ilustramos os resultados com vinhetas, diferenciando os relatos de pais e mães (P = pai; M = mãe) para cada um dos quatro casos. As semelhanças e singularidades entre-casos são articuladas com a literatura científica relacionada aos temas na seção de discussão.

Considerações éticas

O presente estudo ampara-se na Resolução nº 510 (2016), do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que orienta pesquisas com seres humanos no Brasil e assegura seus direitos e segurança. Este estudo integra o projeto maior intitulado “Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção” (Frizzo et al., 2016), que foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (nº CAAE: 58061816.4.1001.5334). Ainda, o projeto contou com a autorização do 2º Juizado da Infância e da Juventude de Porto Alegre.

Resultados

Os temas de análise foram definidos conforme o modelo conceitual de coparentalidade proposto por [Feinberg](#) (2003). A categoria “Divisão das tarefas parentais” contemplou as expectativas de como seria organizada a divisão das tarefas domésticas e de cuidado com a criança adotiva, quais as responsabilidades parentais compartilhadas junto ao companheiro e qual a satisfação do casal com essa divisão. Já a categoria “Suporte ou depreciação parental” abordou as expectativas de apoio em relação ao companheiro, incluindo a expectativa de cooperação ou a presença de críticas, levando em conta aspectos de competição ou desvalorização entre o casal. Por fim, a categoria “Acordos ou desacordos nos cuidados parentais” enfocou as combinações estabelecidas pelo casal em relação às necessidades físicas, emocionais e educacionais do futuro filho(a). Uma vez que o estudo contemplou o momento anterior à chegada da criança, não foi possível identificar a gestão ou manejo conjunto das interações familiares, correspondente à quarta dimensão do modelo de [Feinberg](#) (2003). Demais estudos sobre coparentalidade presentes na literatura, enfocando famílias biológicas, também encontraram dificuldades na identificação desta dimensão ([Augustin](#) & Frizzo, 2015; [Schmidt](#) et al., 2019), tendo em vista seu aspecto interacional.

Caso 1: P1 e P2

A divisão das tarefas parentais

P1 e P2 estavam motivados pelo desejo de serem pais e pela chance de transmitir a alguém suas vivências sobre a vida, além de afeto e carinho. Frente a isso, ambos estavam de acordo em relação às divisões de tarefas no que diz respeito ao cuidado da criança que viria a ser adotada. O casal já demonstrava na rotina conjugal a existência do compartilhamento, por exemplo, das tarefas domésticas e da manutenção do lar: “Num dia, um vai no mercado, no outro, vai o outro. As rotinas lá em casa são bem divididas, para nunca sobrecarregar um mais do que o outro. A regra lá em casa é sempre assim, tudo de forma igualitária”. (P2)

Assim, pode-se perceber que o casal estava alinhado no que diz respeito ao compartilhamento de tarefas,

demonstrando a necessidade de existir uma complementaridade na realização destas. O contrato já existente entre o casal parecia estender-se a outros âmbitos de suas vidas. Quando questionado a respeito dos cuidados com o(a) futuro(a) filho(a), P2 complementou: “É meio a meio. Não tem essa de um cuidar mais e o outro cuidar menos.”

Suporte ou depreciação parental

No que tange à expectativa de cada um em relação ao suporte ou não suporte do parceiro no Caso 1, evidenciou-se a reflexão e reconhecimento por parte do casal sobre o que cada um em específico poderia contribuir ao longo da rotina, conforme sua disponibilidade: “[Ele vai] levar pro colégio de manhã, porque eu saio muito cedo de casa de manhã. O contrário também, se ligarem do colégio ‘a criança tá com febre’, provavelmente vai ser ele que vai buscar. [Apoio] nessa parte digamos assim. Eu chamo de logística no dia a dia.” (P1) Percebe-se, portanto, que a perspectiva de apoio para a parentalidade nesse casal se atrelava ao compartilhamento das responsabilidades do cotidiano, considerando o cuidado em distribuí-las entre os membros do casal conforme critérios acordados por ambos.

Acordos ou desacordos nos cuidados parentais

Observou-se no Caso 1 expectativas sobre a construção dos papéis parentais dos participantes partindo de características de personalidade de cada um: “Eu acho que ele vai ser um pouco mais impositivo, ele já vai achar que tem que ser daquele jeito. Para dormir às dez da noite, tem que ser às dez da noite, e não às onze. Eu acho que vai ser um pouquinho mais impositivo do que eu” (P1). Neste exemplo, relacionado a forma de educar e colocar limites à criança, P1 reconhece que P2 assumiria com mais ênfase a atividade parental disciplinar para com a criança, pois esta já seria uma de suas características. Por outro lado, P1 considera a si mesmo como sendo menos rígido, de forma a evidenciar uma complementação entre eles. Apesar de não ter sido relatado haver uma comunicação prévia entre o casal sobre esses aspectos, percebe-se que já havia uma reflexão individual dos futuros pais de como eles funcionariam como pais, mesmo antes da chegada da criança.

Caso 2: M1 e M2

A divisão das tarefas parentais

Já na espera pela criança adotiva, as participantes que compunham esse casal identificavam a existência de um diálogo sobre como seria a rotina e a forma de educar o(a) futuro(a) filho(a). Assim, combinações relacionadas à divisão de tarefas já estavam sendo pensadas mesmo antes de iniciado o convívio com a criança. Nesse sentido, as participantes mencionaram as diversas adaptações necessárias no processo de tornarem-se mães, no sentido de que a chegada da criança modificaria seu cotidiano e convivência. A família, até então formada por duas pessoas, passaria a incluir um novo membro, o qual demandaria cuidados e adaptações dentro de uma nova rotina:

No início, como tudo que é novo assim, a gente vai ter que se adaptar, fazer algumas mudanças. A gente não vai poder dormir a hora que a gente quer, acordar a hora que a gente quer[...] A gente vai ter que fazer coisas que a criança possa tá junto. (M2)

No discurso do casal, percebeu-se a complementação entre as possíveis funções parentais exercidas por cada uma das futuras mães, existindo a possibilidade de troca de papéis, demonstrando flexibilização frente aos cuidados com a futura criança. Também foi evidenciada uma visão mais concreta ou prática sobre a vida familiar, levando em conta as tarefas domésticas e de cuidados cotidianos com a criança: “A gente já conversou coisas objetivas. Ela trabalha até às oito da noite, então a gente já conversou sobre isso: de repente, ela trabalhar só de tarde. Ela é autônoma né, então... De manhã ficar com a criança.” (M1)

Suporte ou depreciação parental

Observou-se uma expectativa entre o casal M1 e M2 de se apoiarem e se ajudarem nos cuidados e educação da criança a ser adotada. Os achados da categoria anterior também confirmaram o clima de cooperação e valorização uma da outra como mãe. Não se percebeu competição ou desvalorização entre o casal. Por se entender o processo de tornar-se mãe como algo compartilhado e não como algo de desejo

somente de uma das partes do casal, M1 referiu entender a relação com a companheira como pautada numa construção conjunta e não como um apoio propriamente dito: “Eu não vejo como um apoio, eu vejo sonho junto, sonho compartilhado. Então é junto, ela sonha junto comigo” (M1).

Já por parte de M2, percebeu-se a expectativa de apoio da companheira tanto em aspectos de cuidados da criança quanto em nível emocional. Alinhado às expectativas com relação à divisão de tarefas parentais, o apoio esperado relacionava-se às características e personalidades de cada cônjuge:

Ela [M2] é mais calma que eu, ela é mais centrada. [...] Eu acho que a gente tem um equilíbrio assim, uma ajuda a outra. Então em situações adversas eu acho que ela vai... apesar que hoje eu já me acalmo com algumas coisas também, ela fica me falando ‘Calma. Vai dar tudo certo’. É que a gente se ajuda muito assim, então depende muito da situação. Mas hoje, por exemplo, se fosse hoje, a questão objetiva ela sabe muito mais. Trocar uma fralda, fazer isso, fazer aquilo, do que eu. (M1)

Acordos ou desacordos nos cuidados parentais

M1 e M2 se mostraram envolvidas e alinhadas nas decisões e preocupações com relação à criança e à parentalidade. Por exemplo, na forma em que pretendiam lidar com as questões relacionadas à educação da criança: “Ah, se tua mãe disse que sim, então é sim, entendeu?” Depois a gente vai conversar, pra não discutir na frente da criança. A gente já conversou bastante sobre isso também.” (M1)

Percebeu-se uma expectativa de que a partir da chegada da criança, as decisões e escolhas antes tomadas individualmente, passariam a ser tomadas em conjunto. Isso foi visto como um passo importante para o casal enquanto “constituir-se família” e também como um ponto positivo que poderia aproximar ainda mais o casal. Assim, percebeu-se que a chegada da criança adotiva funcionária, portanto, como elo fortalecedor da família ou uma evolução do relacionamento familiar, na visão das participantes, as quais, por sua vez, embasam essa evolução na tomada de planos e acordos de forma conjunta e alinhada:

Acho que talvez [a chegada da criança] nos aproxime mais né. Hoje, a gente fala bastante do nosso trabalho, a gente não planeja uma decisão sem falar pra outra, então, mas então eu acho que a gente vai ter uma interação maior, vamos ser uma família cem por cento. (M1)

Caso 3: P3 e P4

A divisão das tarefas parentais

P3 e P4 demonstraram expectativas alinhadas de divisão parental, citando pontos de concordância em relação aos cuidados com a criança e evidenciando terem tido conversas, desde a decisão pela adoção, sobre as formas de cuidados e como se dividiram para tal, conforme explicitado nas falas: “Eu conto bastante com ele. [Ele vai participar em] várias questões né, porque assim, reuniões de escola, buscar no dia a dia, eu acho que todas essas coisas” (P3); Nós estamos bastante afinados com relação a isso [cuidados com a criança], nós já temos acordos em relação a isso, né. Nós temos um posicionamento muito parecido. Então eu acho que [a participação] em todos os momentos será igual. (P4)

Suporte ou depreciação parental

Identificou-se consenso na expectativa de que o apoio entre o casal com relação à parentalidade seria mútuo. Também não foram identificadas falas que remetessem à depreciação ou crítica em relação ao companheiro: “É uma responsabilidade que assumimos juntos, então o que eu espero dele é ir até o fim com o plano que a gente fez.” (P4);

Eu acho que na verdade um apoia o outro, a gente conversa sempre, fala e pergunta. Mas assim, eu acho que um e outro sabem que com a chegada da criança as coisas vão ter que mudar em termos de trabalho. Eu acho que essa é uma questão assim, a questão de se dedicar, né? Eu acho que filhos pequenos precisam de mais dedicação e da presença. Isso eu vejo que ele já mudou algumas coisas na questão do trabalho e eu também [redução carga horária]. (P3)

Apesar do apoio nas questões práticas, os participantes entendiam que poderiam enfrentar dificuldades com relação tanto ao cotidiano de exercício dos papéis parentais, como também perante a sociedade, por comporem um casal homossexual exercendo a parentalidade. Para lidar com isso, destacaram o apoio emocional existente entre o casal:

[Ele vai me ajudar] em tudo, em todos os momentos. Principalmente nas dores de barriga. Mas eu acho que, principalmente, no apoio emocional mesmo. Que é tudo lindo, né, a gente está falando agora. Mas você acordar, de manhã, com a criança chorando, você não sabe o que ela quer, o que ela precisa, e a próxima noite você também não dormiu, e a outra também não dormiu, é desesperador. Principalmente nesse apoio emocional. Nós precisamos nos ajudar. (P4)

O casal ainda referiu a expectativa de mudanças no relacionamento do casal a partir da chegada da criança adotiva, indicando que este se fortaleceria ainda mais:

Eu acho que a gente vai se afinar ainda mais. Porque a gente vai precisar do apoio um do outro. Então, mais cumplicidade, mais respeito. Com opinião divergente, porque se eu tenho uma opinião diferente da tua, quanto mais afinados nós estivermos, mais eu vou ter capacidade de entender, de compreender, de abrir mão. (P4)

Acordos ou desacordos nos cuidados parentais

Percebeu-se um consenso de que ambos estariam envolvidos e alinhados nas decisões relacionadas à criança. Isso se exemplifica na forma como relataram a motivação e a disponibilidade conjunta para as tarefas de cuidado com o futuro filho:

Acho que a gente se entregou muito para esse processo, de uma maneira muito igual, sem pesos diferentes, entende? Eu não consigo enxergar no P3 algum ponto em que ele esteja menos motivado que eu, ou que ele coloque um pouco o pé no freio em algumas coisas mais do que eu [...] A participação do momento, das decisões, de preocupação, é igual! (P4)

O participante P3 relatou que a espera e a chegada da criança poderiam ser vistas como um amparo para o amadurecimento no relacionamento. A família já constituída aumentaria, sendo que o casal teria que tomar decisões conjuntas em questões práticas e de criação dessa criança. Conforme ele, a construção desses pensamentos em família demandaria dedicação e a disponibilidade de um tempo maior:

[A chegada da criança] afeta as coisas práticas, né? A gente precisa ter mais dedicação, a gente precisa pensar tudo em conjunto, mas eu acho que é uma questão familiar assim, eu acho que é uma evolução do relacionamento, sabe? Duas crianças modificam os relacionamentos, aumentam as responsabilidades [...]. Eu acho que isso é natural. Faz parte do crescimento, como pessoa, como família e como casal. (P3)

Conforme o casal, o processo de espera pela adoção pode ser um facilitador da organização e dos ajustes de decisões práticas que precisam ser tomadas em conjunto, sendo um período importante e preparativo no processo de tornarem-se pais:

A melhor parte disso tudo é o nosso relacionamento. Familiar, né, porque você começa a pensar... não tem como você pensar separado. Não tem como eu pensar independente do P3 ou o P3 independente de mim pras decisões da nossa casa. Onde a gente vai morar... Nós trocamos de apartamento recentemente, depois do processo de habilitação, e aí isso foi... [Percebo ele] bastante interessante, porque a gente tá escolhendo o lugar onde os nossos filhos vão morar. (P4)

Caso 4: P5 e P6

A divisão dos cuidados parentais

O participante P5 compreendia que seu relacionamento com o companheiro deveria incluir a complementação de um ao outro no momento de criação da criança. Ele afirmava que já havia uma divisão que tornava o relacionamento entre eles complementar, e que isso permaneceria no âmbito dos cuidados parentais: “Eu acho que ele vai ser muito presente, vai ser muito regrado com as coisas. Eu acho que ele vai cuidar muito das roupas, dessas coisas... Eu vou ser bem o contrário, eu vou fazer muita bagunça”. (P5)

Alinhado a isso, o participante P6 considerava que um filho adotivo apenas agregaria mais ao relacionamento entre ele e seu companheiro, uma vez que eles já não possuíam, em sua concepção, conflitos na convivência cotidiana e trabalhavam como uma equipe há algum tempo no âmbito profissional. Ele afirmou que havia uma boa divisão do trabalho doméstico entre eles, sendo que já tinham ciência das preferências um do outro em relação às tarefas a serem realizadas, e que isso facilitaria a divisão das tarefas com a chegada de um filho.

Suporte ou depreciação parental

A espera pela adoção foi reconhecida pelo casal como um momento de fortalecimento da relação, pois é vivida conjuntamente. Os participantes sentiram-se apoiados um pelo outro no processo de espera, e acreditavam que esse apoio se estenderia a outras esferas e momentos da vida, conforme relatado por P5:

Porque na verdade a gente se apoia o dia todo um ao outro né, em todas as circunstâncias. A gente se apoia um ao outro no que precisar e qualquer coisa que surgir assim, com família, com problema [...] isso faz parte da nossa rotina: um ficar dando suporte pro outro, no que precisar, em tudo né. (P5)

Acordos ou desacordos nos cuidados parentais

Foi demonstrada a existência de acordos entre os companheiros com relação à educação do futuro filho. Por exemplo, o casal concordava que o filho deveria ser incentivado na aprendizagem de línguas estrangeiras, por entender sua importância para o futuro da criança: “Eu gostaria muito que [a criança] falasse inglês. O P5 estuda inglês há 15, 20 anos” (P6). Além disso, P6 destacou que o convívio caseiro depois da chegada da criança seria tranquilo graças às combinações prévias a respeito da vida cotidiana. P6 também relatou de maneira positiva as interações de seu companheiro quando envolvidos em atividades junto com demais crianças, de modo a indicar que o enxerga se relacionando dessa maneira com o futuro filho: “Ele é muito presente com a criança. A gente é muito parceiro, eu acho que o dia a dia vai ser bem tranquilo em relação ao convívio”. (P6)

Discussão

O presente estudo investigou as expectativas de casais homossexuais na fila de espera para a adoção de uma criança, em relação ao exercício da coparentalidade. Percebeu-se que a expectativa em relação a divisão dos cuidados parentais entre os membros dos casais alinhava-se com as características já próprias de cada participante, levando em consideração as necessidades, vontades e a disposição de si e as do companheiro(a) para exercê-los. Os casais mostraram-se alinhados e enfatizaram o diálogo acerca do exercício das tarefas parentais, revelando aspectos do futuro relacionamento coparental.

A literatura indica que pessoas de comunidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais e mais (LGBTQIA+) tendem a se distanciar de concepções biogenéticas de família, sendo este um componente que pode afetar a maneira como os papéis parentais são construídos em casais

homossexuais (Carone et al., 2017; Farr & Patterson, 2013). Essa maior abertura propõe uma quebra nos papéis parentais presos ao gênero, o que se mostrou no presente estudo como uma divisão mais equitativa dos cuidados com a criança, corroborando achados encontrados na literatura internacional (Carone et al. 2017; Patterson & Farr, 2011).

Sob a ótica dos estudos de gênero, os resultados deste estudo indicam que os casais participantes tendem a reconfigurar os papéis tradicionais de cuidado, desafiando modelos normativos que associam funções parentais a identidades de gênero fixas. Conforme argumenta Butler (1990/2003), o gênero é performativo e relacional, sendo constantemente produzido nas práticas cotidianas. Os casais investigados demonstram que a divisão do trabalho parental não se ancora em um modelo biológico ou de gênero, mas sim em acordos baseados em disponibilidade, desejo e negociação mútua. Trata-se de um modelo de parentalidade que desconstrói o binarismo tradicional de cuidador e provedor, promovendo maior corresponsabilidade e flexibilidade na criação dos filhos.

Constatou-se, portanto, a expectativa entre os casais de que o cuidado da criança seria realizado de maneira compartilhada. Nenhum dos participantes indicou esperar que um dos membros do casal assumisse maior ou menor responsabilidade pelo cuidado com o futuro filho. Relataram que, assim como outras tarefas em sua vida cotidiana e como casal, a criação do filho seria feita em conjunto, com a participação de ambos na tomada de decisões necessárias na vida familiar com a criança. Esses aspectos demonstraram estar associados ao fortalecimento da relação entre o casal e do sentimento de família.

Relacionado a isso, a literatura demonstra que a divisão igualitária dos cuidados com a criança pode ser um preditor de maior satisfação no relacionamento entre o casal, maior satisfação do casal com a parentalidade em si, bem como de menores problemas comportamentais da criança em famílias com filhos não-biológicos (Farr & Patterson, 2013; Farr et al., 2019; Patterson & Farr, 2011). Ainda, a coparentalidade exercida de maneira a se adaptar às necessidades do casal e da criança é um fator positivo quando é chegado o momento de atender às demandas da parentalidade adotiva (Cooley & Petren, 2020).

Além disso, práticas familiares fora do padrão tradicional, como a parentalidade por casais de mesmo gênero, desestabilizam os discursos hegemônicos sobre o que constitui uma 'família legítima', abrindo espaço para novas formas de filiação, cuidado e afeto (Vilhena et al., 2011). Nesse sentido, os casais entrevistados demonstram um potencial transformador ao se organizarem em torno de uma lógica relacional e de apoio mútuo, em vez de papéis definidos por normas sociais de gênero. A coparentalidade, tal como emergiu nos dados deste estudo, pode, portanto, ser compreendida como um campo de negociação de gênero e resistência simbólica às normatividades parentais.

Fatores que podem estar presentes na formação de famílias por adoção e que tendem a se apresentar como desafios incluem lidar com a história de vida prévia da criança adotada, a capacidade de buscar auxílio e apoio em fontes externas, o surgimento de sintomas depressivos no pós adoção comparáveis aos de depressão puerperal, bem como desafios adicionais enfrentados por casais em relações homossexuais, incluindo lidar com estereótipos relacionados aos papéis e funções de cada cuidador na família (Silva et al., 2018). Além disso, pais e mães necessitam acomodar as expectativas sobre a adoção e sobre o filho adotado, uma vez que a insatisfação dos pais com a criação dos filhos pode levar ao fracasso da adoção (Almeida et al., 2021). Assim, estabelecer uma boa relação coparental no período pós-adoção pode ser protetivo, por envolver a construção de uma aliança parental bem-negociada e confortável para ambos os pais, além de possibilitá-los manter uma relação de apoio diante dos desafios.

Considerando que os casais do presente estudo esperavam contar com o apoio do parceiro tanto para a divisão do trabalho parental quanto para a tomada de decisões relacionadas à criança, esses fatores podem ser bons indicativos do futuro relacionamento coparental, a influenciar positivamente as vivências parentais no momento da chegada da criança adotiva. Feinberg (2002) ressalta que o momento de transição para a parentalidade é o momento ideal para intervenções no que diz respeito à coparentalidade e à maneira como ela se constrói no cuidado com a criança. Como pais na fila de espera para adotar uma criança, nos casos do presente estudo, esses fatores poderiam ser indicativos para o futuro relacionamento coparental e seus efeitos sentidos na adaptação familiar pós-adoção.

Quanto aos acordos e desacordos nos cuidados parentais, esses podem incluir uma série de tópicos relacionados à criança, como as expectativas sobre seu comportamento, disciplina e necessidades emocionais (Feinberg, 2003). Em todos os casos participantes do presente estudo foram percebidos sinais de concordância entre os parceiros sobre o manejo com a criança, como identificar como cada cuidador se complementaria no papel parental com relação aos aspectos educativos do futuro filho. Segundo os relatos, discussões como essas já haviam ocorrido entre os companheiros(as), que costumavam ter opiniões convergentes e tomar as decisões em conjunto. A expectativa dos casais era a de atingir consensos sobre o manejo com a criança através do diálogo que já caracterizava as relações desde antes da chegada de um filho.

Evidenciou-se por meio do estudo de Farr & Patterson (2013) que existe um compartilhamento maior das tarefas parentais entre casais de mulheres lésbicas e homens gays. No entanto, entre casais heterossexuais há um compartilhamento de tarefas especializadas, sugestionando uma divisão a partir dos papéis de gênero. O estudo de Martin et al. (2016) buscou compreender a perspectiva de mães recém-adotantes em relação à satisfação conjugal, felicidade e estresse pessoal. Os resultados indicaram uma sobrecarga dessas mulheres aos cuidados das crianças recém-adotadas, especialmente em um relacionamento heterossexual.

Por demonstrarem um bom alinhamento nas decisões tomadas em relação ao filho adotivo, bem como atuarem como sistema de apoio um ao outro, os casais participantes do presente estudo apontaram fatores protetores contra possíveis estressores no momento da chegada da criança. Tais estressores podem envolver desgastes no relacionamento provenientes de dificuldades financeiras ou com a criança, como proposto por Richardson et al. (2018). Compreenderem que situações dessa ordem são uma possibilidade futura e se mostrarem abertos a enfrentá-las como um time correspondem a indicativos positivos caso de fato acontecessem (Sumontha et al., 2016).

Percebeu-se, ainda, a expectativa entre os casais de que as decisões e escolhas antes tomadas individualmente passassem a ser tomadas em conjunto a partir da chegada da criança. Isso foi relatado como um passo importante para o relacionamento entre eles e também como um ponto positivo que poderia aproximar ainda mais o casal. Esses acontecimentos são vistos com a ideia de evolução do relacionamento/na família, conforme planos/acordos são tomados de forma conjunta e alinhada.

No que diz respeito à dimensão de apoio no papel parental, que inclui a forma como os pais e mães oferecem suporte e valorizam a participação um do outro nos cuidados da criança ou em que medida se depreciam no papel parental (Feinberg, 2003), perceberam-se expectativas positivas dos participantes do estudo sobre o apoio que receberam do parceiro(a) ao longo da parentalidade. Em todos os casos havia a expectativa de que seriam apoiados no exercício dos papéis parentais tanto no momento de espera pela chegada da criança, quanto no momento em que o contato com o filho de fato tivesse início. Por se reconhecerem apoiados em outros campos de sua vida como casal, eles interpretavam esse apoio como algo óbvio ou esperado de acontecer também após a chegada do filho adotivo. Esses aspectos corroboram com os resultados encontrados por Sumontha et al. (2016), em cujo estudo se associou uma melhor aliança parental à presença de um bom suporte dentro do grupo familiar.

Somado a isso, os casais participantes do estudo demonstram flexibilidade em apoiar um ao outro nas demandas relacionadas à criança, de forma a reconhecerem suas limitações e, a partir disso, ajustarem a rotina mutuamente, atendendo as necessidades dela. Além da expectativa de apoio nos aspectos dos cuidados com a criança, existia a expectativa de apoio em nível emocional, como bem destacado no Caso 3. Esse apoio é apontado por Camisasca et al. (2018) como um fator protetivo a longo prazo, estando uma boa aliança parental associada a menores índices de depressão e estresse, além de maior autoeficácia nos pais, e em melhor segurança emocional para a criança. A partir dos achados do presente estudo, percebe-se que a organização, os acordos e a comunicação

entre o casal com relação à parentalidade, bem como o suporte prestado um ao outro no desempenho do papel parental, caracterizam boas perspectivas de relacionamento coparental. Dada a importância conferida pela literatura científica a respeito da coparentalidade como um aspecto importante para o funcionamento familiar e parental adaptativo (Camisasca et al., 2018; Campbell, 2022; Schoppe-Sullivan et al., 2016), essa perspectiva pode se configurar em um potencial para o desenvolvimento e bem-estar das famílias homoparentais formadas pela adoção.

Considerações finais

Este estudo de casos objetivou conhecer as expectativas relacionadas à coparentalidade por casais gays e lésbicos habilitados para adoção de uma criança. O estudo revelou que casais homossexuais na fila de adoção demonstram expectativas elevadas de uma coparentalidade colaborativa, marcada pelo diálogo, apoio mútuo e divisão equitativa das responsabilidades parentais. A ausência de papéis parentais rigidamente definidos por gênero indica uma abordagem mais igualitária e flexível da parentalidade, em consonância com a literatura internacional. Além disso, os participantes projetam o cuidado com a criança como continuidade da parceria já estabelecida, com valorização mútua e reconhecimento das capacidades do outro. Essa base favorece uma aliança coparental sólida e funcional, com potencial para promover bem-estar emocional, satisfação conjugal e desenvolvimento positivo da criança, mesmo diante dos desafios característicos da parentalidade adotiva.

A proposta deste estudo permitiu o aprofundamento na compreensão de um fenômeno pouco estudado nas famílias à espera pela adoção: a coparentalidade. Embora a presença da criança seja essencial para o estabelecimento do subsistema coparental enquanto uma relação no mínimo triádica, este estudo reforça a coparentalidade enquanto uma construção que se inicia antes da chegada da criança e, desejavelmente, necessita ser constantemente atualizada ao longo do seu desenvolvimento. Pensar aspectos que indiquem a construção do relacionamento coparental pelas famílias antes mesmo da chegada da criança pode se mostrar importante no período de adaptação pós-adoção, pois são indícios que nortearão essa relação.

Algumas limitações podem ser destacadas. Este estudo situa-se em uma perspectiva transversal e conta com um corpus de análise sociodemograficamente homogêneo. Sugere-se que estudos futuros enfoquem os diferentes momentos do processo de adoção (pré-adoção, aproximação e o pós-adoção) de forma longitudinal. Também é importante a realização de estudos com famílias de diferentes níveis socioeconômicos e com perfil relacionado à idade da criança mais ampliado. Outra limitação refere-se à não investigação da dimensão de gestão familiar conjunta, proposta pelo modelo de Feinberg (2003). Entende-se que os instrumentos e técnicas de coleta de dados, da forma como foram conceitualizados, não captaram essa dimensão. Deste modo, sugere-se estudos com observação de interação ou intervenções de feedback de vídeo, técnicas que poderiam capturar melhor essa dimensão. Apesar disso, o presente estudo representa uma relevante contribuição científica a partir da compreensão das dimensões de divisão de trabalho, acordos e desacordos, bem como apoio ou depreciação no papel parental em famílias homoparentais que esperam pela adoção.

Por fim, destaca-se que estudos sobre a temática podem contribuir para desmistificar aspectos relacionados à adoção e à homoparentalidade adotiva, ilustrando diferentes formas de exercer e compartilhar os papéis parentais nesse contexto. Além disso, estudos nessas temáticas podem proporcionar maior visibilidade às famílias formadas por configurações não-tradicionais e, conseqüentemente, contribuir para a sua maior legitimação no âmbito social e jurídico.

O presente estudo permite destacar importantes implicações para a atuação profissional em Psicologia, especialmente no contexto da avaliação e do acompanhamento de casais em processo de adoção. É fundamental que profissionais considerem as especificidades das famílias formadas por casais do mesmo gênero, valorizando formas de organização parental baseadas no diálogo, na divisão equitativa das tarefas e na flexibilidade dos papéis parentais, evitando a reprodução de normas heterocisnormativas.

Além disso, é recomendável que profissionais da Psicologia ofereçam espaços de preparação e suporte que fortaleçam as alianças coparentais e ampliem os recursos emocionais dos casais para enfrentar os desafios da parentalidade adotiva.

Isso pode incluir intervenções que favoreçam a comunicação entre os parceiros, o reconhecimento mútuo das competências parentais e a elaboração conjunta de estratégias para lidar com possíveis adversidades, como a adaptação da criança ou situações de preconceito.

No âmbito das políticas públicas, os achados desta pesquisa reforçam a importância de se desenvolver e fortalecer políticas de apoio à diversidade familiar, especialmente no que se refere à parentalidade por casais formados por pessoas do mesmo gênero. É necessário garantir o acesso equitativo a serviços de saúde mental, redes de apoio e programas de preparação para adoção que contemplem as especificidades dessas famílias, inclusive no âmbito jurídico, além de promover campanhas educativas que desmistifiquem preconceitos e valorizem diferentes arranjos familiares. Tais medidas contribuem não apenas para a efetivação dos direitos desses casais, como também para a construção de um ambiente social mais acolhedor e justo para todas as formas de família.

Agradecimentos

Este estudo foi apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico sob o nº 406054/2016-9. Agradecemos a colaboração de Aline Talita Rosa dos Santos no processo de coleta, transcrição e codificação dos dados.

Contribuições dos autores

Os autores declararam ter feito contribuições substanciais ao trabalho em termos da concepção ou desenho da pesquisa; da aquisição, análise ou interpretação de dados para o trabalho; e da redação ou revisão crítica de conteúdo intelectual relevante. Todos os autores aprovaram a versão final a ser publicada e concordaram em assumir a responsabilidade pública por todos os aspectos do estudo.

Conflitos de interesse

Nenhum conflito financeiro, legal ou político envolvendo terceiros (governo, empresas e fundações privadas etc.) foi declarado para nenhum aspecto do trabalho submetido (incluindo, mas não se limitando a subvenções e financiamentos, participação em conselho consultivo, desenho de estudo, preparação de manuscrito, análise estatística etc.).

Indexadores

A Revista Psicologia, Diversidade e Saúde é indexada no [DOAJ](#), [EBSCO](#) e [LILACS](#).



Referências

- Altenburger, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2021). Contributions of parenting quality and coparenting relationship quality to the development of child executive functioning [Contribuições da qualidade da parentalidade e da qualidade do relacionamento coparental para o desenvolvimento do funcionamento executivo infantil]. *Early Childhood Research Quarterly*, 57, 133-143. <https://doi.org/10.1016/j.ecresq.2021.05.010>
- Almeida, M. L., Schwochow, M. S., & Frizzo, G. B. (2021). Associations between symptoms of common mental disorders, parental satisfaction and consideration for adoption breakdown in Brazilian Adoptive Parents [Associações entre sintomas de transtornos mentais comuns, satisfação parental e consideração de ruptura da adoção em pais adotivos brasileiros]. *Children and Youth Services Review*, 122, 105910. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.105910>
- Augustin, D., & Frizzo, G. (2016). A Coparentalidade ao Longo do Desenvolvimento dos Filhos: Estabilidade e Mudança no 1º e 6º Ano de Vida. *Interação em Psicologia*, 19, 13-24. <https://doi.org/10.5380/psi.v19i1.29239>
- Badinter, E. (1985). *O mito do amor materno* (W. Duprat, Trad.). Nova Fronteira. (Obra original publicada em 1980)
- Braun, V., Clark, V., Hayfield, N., & Terry, G. (2019). Thematic Analysis [Análise temática]. In P. Liamputtong (Ed.). *Handbook of research methods in health social sciences*. Springer (pp. 843-860). https://doi.org/10.1007/978-981-10-5251-4_103
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade* (T. M. B. Costa, Trad.). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990)

- Camisasca, E., Miragoli, S., Di Blasio, P., & Feinberg, M. (2018). Coparenting mediates the influence of marital satisfaction child adjustment: The conditional indirect effect by parental empathy [A coparentalidade media a influência da satisfação conjugal no ajustamento infantil: O efeito indireto condicional pela empatia parental]. *Journal of Child and Family Studies*, 28(2), 519–530. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1271-5>
- Campbell, C. G. (2022). Two decades of coparenting research: A scoping review [Duas décadas de pesquisa sobre coparentalidade: Uma revisão de escopo]. *Marriage & Family Review*, 59(6), 1–33. <https://doi.org/10.1080/01494929.2022.2152520>
- Carone, N., & Lingardi, V. (2022). Untangling caregiving role from parent gender in coparenting research: Insights from gay two-father families [Desvinculando o papel de cuidador do gênero parental na pesquisa sobre coparentalidade: Perspectivas de famílias homoafetivas com dois pais]. *Frontiers in Psychology*, 13, 863050. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2022.863050>
- Carone, N., Baiocco, R., Ioverno, S., Chirumbolo, A., & Lingardi, V. (2017). Same-sex parent families in Italy: Validation of the Coparenting Scale-Revised for lesbian mothers and gay fathers [Famílias com pais do mesmo sexo na Itália: Validação da Escala de Coparentalidade Revisada para mães lésbicas e pais gays]. *European Journal of Developmental Psychology*, 14(3), 367–379. <https://doi.org/10.1080/17405629.2016.1205478>
- Cooley, M. E., & Petren, R. E. (2020). A qualitative examination of coparenting among foster parent dyads [Um exame qualitativo da coparentalidade entre díades de pais adotivos]. *Children and Youth Services Review*, 110, 104776. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2020.104776>
- Darwiche, J., Fivaz-Depeursinge, E., & Corboz-Warnery, A. (2016). Prenatal Intuitive parenting Behaviors [Comportamentos parentais intuitivos pré-natais]. *Frontiers in Psychology*, 7, 1–6. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2016.01662>
- Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2013). Coparenting among lesbian, gay, and heterosexual couples: Associations with adopted children's outcomes [Coparentalidade entre casais lésbicos, gays e heterossexuais: Associações com os resultados de crianças adotadas]. *Child Development*, 84(4), 1226–1240. <https://doi.org/10.1111/cdev.12046>
- Farr, R. H., Bruun, S. T., & Patterson, C. J. (2019). Longitudinal associations between coparenting and child adjustment among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parent families [Associações longitudinais entre coparentalidade e ajustamento infantil em famílias adotivas lésbicas, gays e heterossexuais]. *Developmental Psychology*, 55(12), 2547–2560. <https://doi.org/10.1037/dev0000828>
- Feinberg, M. E. (2002). Coparenting and the transition to parenthood: A framework for prevention [Coparentalidade e a transição para a parentalidade: Um modelo para prevenção]. *Clinical Child And Family Psychology review*, 5(3), 173–195. <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC3161510/>
- Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: a framework for research and intervention [A estrutura interna e o contexto ecológico da coparentalidade: Um modelo para pesquisa e intervenção]. *Parenting: Science and Practice*, 3(2), 95–131. https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01
- Frizzo, G. B., Silva, P. S., Resmini, G. F., Schwochow, M. S., Leão, L. C. S., Levandowski, D. C., Lopes, R. C. S., Lewandowski, D. C., Vieira, M. L., & Chaves, V. P. (2016). *Transição para a parentalidade adotiva: pesquisa e intervenção* [Projeto de pesquisa não publicado].
- Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. (2009). Dispõe sobre a adoção e dá outras providências. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm
- Levitt, H. M., Bamberg, M., Creswell, J. W., Frost, D. M., Josselson, R., & Suárez-Orozco, C. (2018). Journal article reporting standards for qualitative primary, qualitative meta-analytic, and mixed methods research in psychology: The APA Publications and Communications Board Task Force Report [Normas de relato de artigos para pesquisas qualitativas primárias, meta-analíticas qualitativas e de métodos mistos em psicologia: Relatório do Grupo de Trabalho da APA sobre Publicações e Comunicações]. *American Psychologist*, 73(1), 26–46. <https://www.apa.org/pubs/journals/releases/amp-amp0000151.pdf>
- Louro, G. L. (2004). *Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. Autêntica.
- Martin, N., Rosenhauer, A., & Greco, M. (2016). Maternal marital satisfaction during the first six month following international adoption [Satisfação conjugal materna durante os primeiros seis meses após a adoção internacional]. *Adoption & Fostering*, 40(4), 362–377. <https://doi.org/10.1177/0308575916669269>
- Matos, T. D., Bossardi, C. N., Souza, C. D., Portes, J. R. M., & Menezes, M. (2019). Percepções parentais sobre coparentalidade e comportamento infantil: um estudo com famílias homoafetivas. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 28(65), 51–67. <https://doi.org/10.38034/nps.v28i65.537>
- Moreira, M. I. C. (2013). *Novos rumos para o trabalho com famílias*. Associação dos Pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente – NECA. <http://www.neca.org.br/wp-content/uploads/novos%20rumos%20para%20o%20trabalho%20com%20familias.pdf>

- Patterson, C. J., & Farr, R. H. (2011). Coparenting among lesbian and gay couples [Coparentalidade entre casais lésbicos e gays]. In J. P. McHale & K. M. Lindahl (Eds.), *Coparenting: A conceptual and clinical examination of family systems*. (pp. 127-146). American Psychological Association.
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016, 07 de abril). Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html
- Richardson, E. W., Futris, T. G., Mallette, J. K., & Campbell, A. (2018). Foster mothers' parenting stress and parenting quality: An examination of the moderating role of support [Estresse parental e qualidade da parentalidade em mães adotivas: Um exame do papel moderador do apoio]. *Children and Youth Services Review*, 89, 77-82. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2018.04.024>
- Schmidt, B., Schoppe-Sullivan, S. J., Frizzo, G. B., & Piccinini, C. A. (2019). A qualitative multiple case study of the division of labor across the transition to parenthood in South-Brazilian families [Um estudo de caso qualitativo múltiplo sobre a divisão do trabalho na transição para a parentalidade em famílias do sul do Brasil]. *Sex Roles*, 81(5-6), 272-289. <https://doi.org/10.1007/s11199-018-0999-0>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Settle, T., Lee, J. K., & Kamp Dush, C. M. (2016). Supportive coparenting relationships as a haven of psychological safety at the transition to parenthood [Relações coparentais de apoio como refúgio de segurança psicológica na transição para a parentalidade]. *Research in Human Development*, 13, 32-48. <https://doi.org/10.1080/15427609.2016.1141281>
- Schwochow, M. S., & Frizzo, G. B. (2021). Mulheres em Espera pela Adoção: Sentimentos Apresentados nas Diferentes Etapas Desse Processo. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 41(spe3), e201165. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003201165>
- Silva, P. S., Schwochow, M. S., Resmini, G. F., & Frizzo, G. B. (2020). Critérios para Habilitação à Adoção segundo Técnicos Judiciários. *Psico-USF*, 25(4), 603-612. <https://doi.org/10.1590/1413/82712020250401>
- Silva, P., Comerlato, L., Wendling, M., & Frizzo, G. (2018). Fatores que influenciam a transição para a parentalidade adotiva: uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 11(3), 319-334. <https://doi.org/10.4013/ctc.2018.113.04>
- Simakawa, V. V. (2016). *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: Uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal da Bahia]. Repositório da UFBA. <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685>
- Stake, R. E. (2006). *Multiple case study analysis* [Análises de múltiplos estudos de caso]. Guilford Press.
- Sumontha, J., Farr, R. H., & Patterson, C. J. (2016). Social support and coparenting among lesbian, gay, and heterosexual adoptive parents [Apoio social e coparentalidade entre pais adotivos lésbicos, gays e heterossexuais]. *Journal Of Family Psychology*, 30(8), 987-996. <https://doi.org/10.1037/fam0000253>
- Vilhena, J., Souza, A. C. B., Uziel, A. P., Zamora, M. H., & Novaes, J. V. (2011). Que família?: provocações a partir da homoparentalidade. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 11(4), 1639-1658. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482011000400014&lng=pt&tlng=pt
- Zhao, F., Wu, H., Li, Y., Zhang, H., & Hou, J. (2022). The Association between Coparenting Behavior and Internalizing/ Externalizing Problems of Children and Adolescents: A Meta-Analysis [A associação entre o comportamento coparental e os problemas internalizantes/externalizantes de crianças e adolescentes: uma meta-análise]. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(16), 10346. <http://dx.doi.org/10.3390/ijerph191610346>